

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se quisermos compreender o simbolismo da água,
 não podemos pensá-la como H₂O, mas como elemento
 fundamental indissociável de suas formas concretas: os
 4 mares, os oceanos, os rios, os lagos, os regatos, os riachos,
 as torrentes, as chuvas, as fontes, as nascentes, as praias, as
 quedas d'água, as cascatas, o gelo, o orvalho, onde se podem
 7 distinguir as águas claras, as águas correntes, as águas
 primaveris, as águas profundas, as águas dormentes, as águas
 mortas, as águas compostas, as águas doces, as águas
 10 violentas, as lágrimas. Cada uma das culturas humanas
 reserva um papel privilegiado para a água, em cada uma das
 suas formas, em cada um de seus modos de ser. Percorrer,
 13 mesmo que rapidamente, a riqueza desse material simbólico
 é impossível aqui. Digamos, muito esquematicamente, que os
 estudos da dimensão simbólica da água têm ressaltado
 16 basicamente três aspectos: a água como fonte de vida, a água
 como meio de purificação e a água como centro de
 regeneração.

José Carlos Bruni. *A água e a vida*. In: *Tempo social*, v. 5, nov./1994, p. 59 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A tese defendida pela argumentação do texto é que compreender o sentido simbólico da água vai além de sua descrição química: é considerar suas formas concretas.
- 2 O pronome em “pensá-la” (ℓ.2) e a oração iniciada por “que” (ℓ.14) desempenham a mesma função sintática.
- 3 As duas seqüências de enumerações, uma começando por “os mares” (ℓ.3-4) e a outra, por “as águas claras” (ℓ.7), têm o efeito estilístico de reforçar a idéia expressa por “riqueza desse material simbólico” (ℓ.13).
- 4 Na linha 6, o pronome relativo “onde” tem como antecedente imediato “o orvalho” e corresponde semanticamente a **em que**.
- 5 Na linha 14, o verbo **ser** está empregado no singular para, em atendimento às regras gramaticais, concordar com o núcleo de seu sujeito, “riqueza” (ℓ.13).

Que parte do planeta precisa ser protegida?

1 Grande parte da conservação de ecossistemas e de
 biodiversidade mundial, atualmente, se faz dentro dos limites
 de 44 mil parques e reservas, que somam 13,6 milhões de
 4 quilômetros quadrados, o equivalente aos territórios da
 China e da Índia, juntos. Se isso é suficiente para garantir a
 sobrevivência das espécies e os serviços ambientais
 7 essenciais ao planeta, é uma das questões a serem
 debatidas em Durban, na África do Sul, onde tem início o
 V Congresso Mundial de Parques, com a participação de
 10 mais de 2.500 pessoas, entre delegações governamentais e
 não-governamentais de 180 países.

De acordo com os estudos preparados para o
 13 congresso, apesar de a área nominalmente protegida ser
 grande, chegando a 12% da superfície terrestre, ainda há
 muitos parques e reservas de papel, com graves problemas de
 16 implantação. Além disso, a distribuição das unidades de
 conservação é desequilibrada em relação às concentrações de
 biodiversidade e há lacunas importantes a serem preenchidas.

Internet: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em 8/9/2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 6 Infere-se dos dados do texto que as delegações não-governamentais são mais numerosas porque têm colaborado mais na preservação da biodiversidade que as governamentais.
- 7 Na linha 2, o emprego do pronome “se” antecedendo o verbo é permitido pelas regras da norma culta por desempenhar a função de sujeito.
- 8 Como ocorre no texto após uma vírgula, o adjetivo “juntos” (ℓ.5) admite a dupla interpretação: (a) referir-se a “44 mil parques e reservas” (ℓ.3), ou (b) referir-se a “territórios da China e da Índia” (ℓ.4-5); se retirada a vírgula que o antecede, sua referência será apenas a “territórios da China e da Índia” (ℓ.4-5).
- 9 O emprego do plural em “a serem debatidas” (ℓ.7-8) é gramaticalmente opcional e tem como efeito de sentido enfatizar “questões” (ℓ.7).
- 10 A expressão iniciada pelo gerúndio “chegando” (ℓ.14) fornece uma comprovação para o argumento de “ser grande” (ℓ.13-14).
- 11 A expressão “de papel” (ℓ.15) é uma metonímia que abrevia a idéia de **plantação de árvores que servirão de matéria-prima para papel**.

1 Na década de 80, agricultores gaúchos invadiram o
 município de Chapada Gaúcha, em Minas Gerais, e
 derrubaram extensas áreas de mata virgem para implantar
 4 lavouras de soja. Os prejuízos ao ambiente foram tantos que,
 depois de desmatarem 30 mil hectares do cerrado, quase
 10% dos 312,3 mil hectares do município, os agricultores —
 7 assustados com a erosão e com o esgotamento das nascentes
 de água — resolveram se aliar aos ambientalistas.

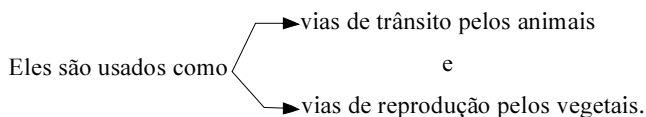
Há 18 meses buscam com técnicos da Fundação
 10 Pró-Natureza (Funatura) meios para proteger as fontes de
 águas naturais. Quatro produtores vão transformar
 3.252 hectares de suas fazendas em reservas particulares de
 13 patrimônio natural (RPPN). “As RPPN serão corredores
 ecológicos que vão unir as áreas de cerrado e o Parque
 Nacional Grande Sertão Veredas, contribuindo para
 16 preservar a cultura local”, explica o coordenador do projeto.

Corredores ecológicos são áreas que servem como
 meio de comunicação selvagem entre unidades de
 19 conservação. Eles são usados como vias de trânsito pelos
 animais e de reprodução pelos vegetais.

Cristina Ávila. *Reservas verdes*. In: *Correio
 Braziliense*, 17/5/2003, p. 15 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os seguintes itens.

- 12 As expressões “agricultores gaúchos” (l.1), “agricultores” (l.6) e “produtores” (l.11) remetem aos mesmos indivíduos e, por isso, compõem uma cadeia coesiva.
- 13 De acordo com as relações textuais, “erosão” (l.7) e “esgotamento das nascentes de água” (l.7-8) constituem dois exemplos de “prejuízos ao ambiente” (l.4).
- 14 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “Há” (l.9) por **Fazem**.
- 15 A oração iniciada por “contribuindo” (l.15) fornece uma finalidade e(ou) uma função para orações anteriores do mesmo período sintático.
- 16 A estrutura sintática da última oração do texto corresponde ao seguinte esquema:



1 **Istoé** — Como se resume o estilo de vida da classe C?

Sônia Bueno — Nós fazemos esse estudo com o
 4 objetivo de entender um pouco mais o processo de compra.
 O que a gente percebe é que as donas-de-casa da classe C
 são menos suscetíveis a promoções por quantidade, porque
 7 o orçamento apertado não permite uma compra para
 estocagem. Então tem menor peso a compra por impulso.
 Entre as donas-de-casa da classe C, 91% procuram produtos
 10 em promoções e 88% comparam preços antes de escolher a
 marca. Um número significativo, 82%, gosta de experimentar
 novas marcas. Quase 80% se limitam ao orçamento de
 13 compra e 67% concordam que o preço é o fator mais
 importante. Enfim, a gente percebe que existe uma atitude
 positiva em termos de experimentar novos produtos. É um
 16 consumidor pronto, que não tem a renda necessária para
 manter o padrão desejado.

Entrevista de Sônia Bueno, pesquisadora da Latin Panel à revista **Istoé**, 5/3/2003 (com adaptações).

Com base na entrevista acima, julgue os itens que se seguem.

- 17 Se a opção do texto fosse empregar a palavra “promoções” (l.6) de forma determinada, o uso do artigo obrigaria ao emprego do sinal indicativo de crase para se obter à.
- 18 Por sua força generalizadora, o artigo em “uma compra” (l.7) atribui, no texto, ao substantivo singular a representação de toda a espécie.
- 19 Considerando os sentidos do texto, a retirada das expressões numéricas “91%” (l.9) e “88%” (l.10) e a inserção de **a grande maioria** antes de “procuram” (l.9) preservam a coerência textual e a correção gramatical.
- 20 O último período do texto atende ao que solicita a pergunta e constitui um resumo objetivo de tudo que foi respondido.

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens subseqüentes.

- 21** O balanço financeiro demonstra a totalidade de recebimentos e de pagamentos, orçamentários e extra-orçamentários; contém, ainda, os saldos financeiros vindos do exercício anterior e os que passarão para o próximo exercício.
- 22** Restos a pagar ou resíduos passivos constituem uma rubrica com dotação própria constante do orçamento corrente, sendo a mesma subdividida em restos a pagar processados e restos a pagar não-processados.
- 23** A contabilidade pública admite a reavaliação de bens móveis e imóveis.
- 24** Cabe aos tribunais de contas alertar os poderes ou os órgãos interessados quando constatarem que o montante de despesas com pessoal extrapolou o limite prudencial, ou seja, 90% do limite estabelecido para esse gasto.
- 25** Empresa estatal dependente é qualquer empresa que receba recursos públicos repassados pelo Estado a qualquer título e que, portanto, dependa desses recursos para suas atividades empresariais.

É inexigível licitação por órgão ou entidade da administração pública para

- 26** aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca e devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação, a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- 27** contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, com vistas à prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

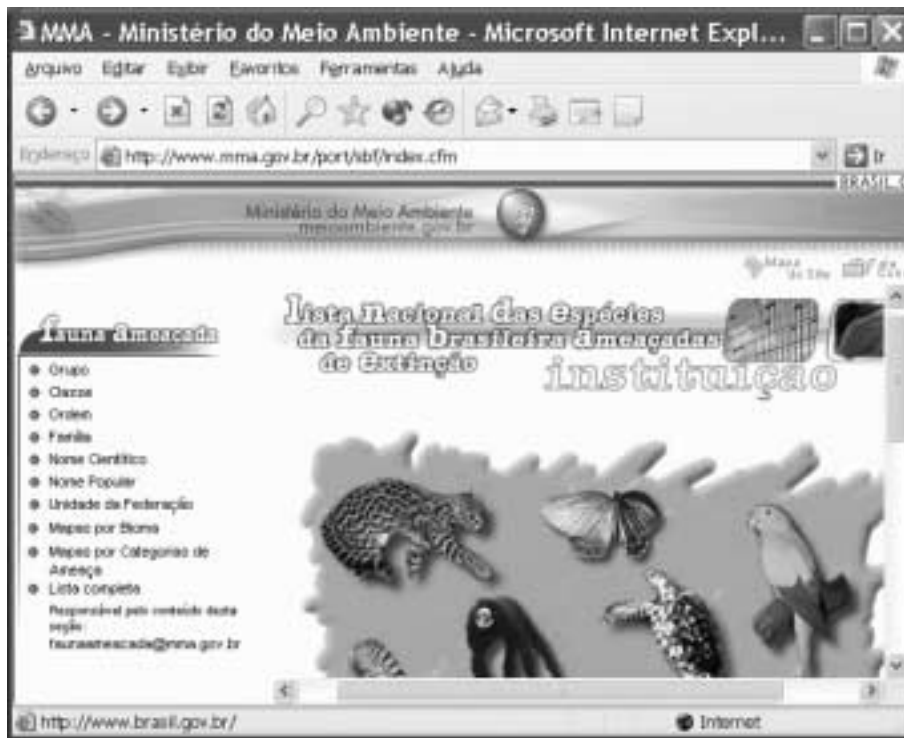
- 28** celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

O projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007 estabelece que


- 29** as codificações de programas e ações do plano devem ser observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que as modifiquem.
- 30** a exclusão ou alteração de programas constantes da Lei do Plano Plurianual para o período de 2004-2007 ou a inclusão de novo programa devem ser propostas pelo Poder Executivo exclusivamente nos projetos de lei orçamentária anual.

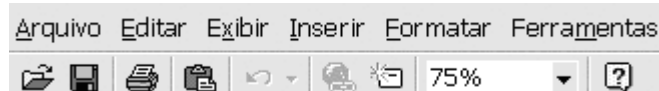
Julgue os itens que se seguem, a respeito do IBAMA — autarquia vinculada ao MMA.

- 31** O IBAMA é uma entidade da administração federal indireta.
- 32** O presidente do IBAMA não é hierarquicamente subordinado ao ministro de Estado do meio ambiente.
- 33** O diretor de um órgão do IBAMA somente pode revogar atos praticados por seus subordinados quando esses atos são praticados em clara desobediência a preceitos legais.
- 34** Configura exercício de poder de polícia administrativa a fiscalização realizada legalmente por agentes do IBAMA acerca de atividades de captura de mamíferos marinhos ameaçados de extinção.
- 35** O presidente da República tem competência para, mediante decreto, criar e extinguir empregos públicos no IBAMA.



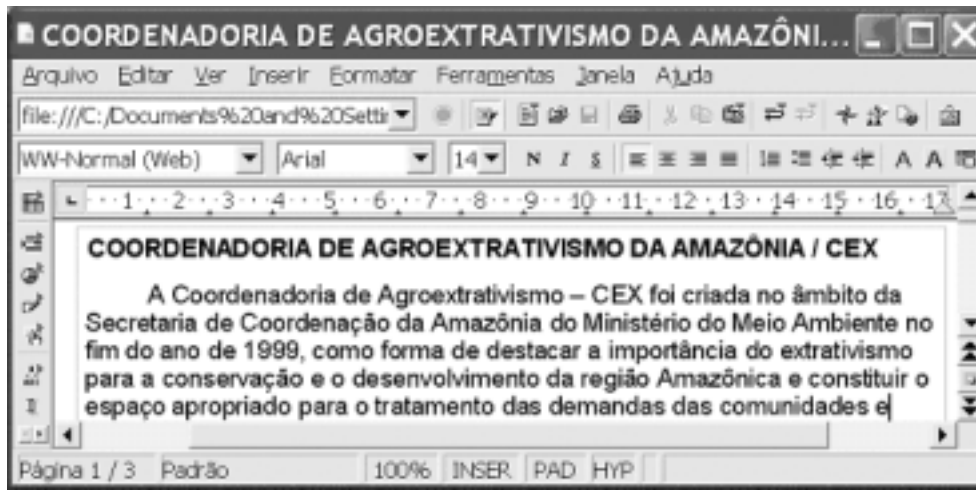
Um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do MMA, cujo URL é <http://www.mma.gov.br>, para obter informações acerca das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Após algumas operações nesse sítio, o usuário obteve a página Web ilustrada na figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer 6. Acerca do Internet Explorer 6 e de conceitos relacionados à Internet e ao correio eletrônico, julgue os itens a seguir, considerando a figura mostrada.

- 36 Para que o acesso à Internet descrito acima ocorresse, foi necessário instalar, no computador do usuário, um *modem*, cujo número de série define o número IP que permite que informações relacionadas a páginas Web possam chegar corretamente até o computador.
- 37 Figuras disponíveis na página Web mostrada podem ser copiadas para o *winchester* do computador a partir do qual o acesso descrito acima foi realizado.
- 38 Caso o usuário instale um *firewall* no seu computador, ele passará a contar com recursos que podem aumentar a sua segurança contra alguns tipos de ataques por vírus de computador.
- 39 Ao clicar o botão , o usuário poderá ajustar o tamanho da fonte utilizada na página mostrada, bem como realizar um *zoom* sobre as figuras e ícones mostrados na página Web.






Com o auxílio da figura acima, que mostra parte da janela de um aplicativo do Microsoft Office, julgue os itens subsequentes, no que se refere ao Microsoft Office.

- 40 Em qualquer programa do Office, para copiar um item na área de transferência, é suficiente selecionar o item que se deseja copiar e clicar Copiar no *menu* **Editar**.
- 41 Para se adicionar um atalho para um documento, é suficiente clicar Abrir no *menu* **Ferramentas**; selecionar o documento para o qual se deseja criar o atalho; clicar **Inserir** e, em seguida, clicar Adicionar a favoritos.
- 42 No aplicativo Word, para selecionar todo um documento em edição, é suficiente posicionar o ponteiro do *mouse* no início do documento; clicar o botão direito do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **Page Down**; e liberar a tecla **Ctrl**.
- 43 No aplicativo Excel, considerando que as células de A1 a A4 contenham valores numéricos, ao se digitar =MÉDIA(A1;A2;A3;A4) na célula B2 e, a seguir, teclar **Enter**, será exibido, na célula B2, o valor correspondente à média aritmética dos conteúdos das células de A1 a A4.



A figura acima mostra uma janela da ferramenta Writer, do OpenOffice 1.0.3, com um texto que está sendo editado por um usuário. Com relação a essa janela e ao OpenOffice 1.0.3, julgue os itens seguintes.

- 44 Está sendo exibida na janela do OpenOffice a página 1 do documento mostrado. Para exibir a página 2 desse mesmo documento é suficiente clicar .
- 45 Para abrir um novo documento em branco, é suficiente clicar .
- 46 Com o auxílio do botão , é possível criar e editar *hyperlinks*.

O encontro foi inédito e reuniu pelo menos 120 técnicos e pensadores em uma rede voluntária internacional de ambientalistas que discutiram alternativas e políticas que possam cooperar no desenvolvimento de projetos ecologicamente sustentáveis. Falaram sobre agroecologia, energias limpas e renováveis e educação para a sustentabilidade.

Promovido pelo MMA em parceria com o físico e teórico de sistemas Fritijof Capra, o Instituto Ecoar para a Cidadania e o Programa Brasil Sustentável e Democrático, o seminário **Diálogos para um Brasil Sustentável** poderá influenciar o conjunto do governo na elaboração de políticas públicas que levem à sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, admitiu a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O documento final do seminário vai servir ainda de subsídio à 1.ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e será entregue ao governo brasileiro e ao diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Klaus Töpfer.

Ana Diniz. **Diálogos para um Brasil sustentável**. In: **JB Ecológico**, ano 2, n.º 20, 21/9/2003, p. 18-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima e os diversos aspectos concernentes à temática ambiental no Brasil e no mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

47 Conquanto se saiba que a relação dos homens com a natureza acompanha a trajetória das sociedades ao longo da História, não há dúvida de que o processo evolutivo da economia contemporânea, especialmente a partir da Revolução Industrial, correspondeu a uma monumental ampliação da capacidade de produzir e à expansão de um sistema econômico fundamentalmente voltado para a produção de bens e para o capital.

48 O desenvolvimento de uma mentalidade ambientalista, a partir de meados do século XX, especialmente em suas três últimas décadas, foi decisivo para o surgimento de novos conceitos e idéias, os quais, de maneira geral, postulam uma nova e mais ampla concepção de desenvolvimento — o sustentável — em que interagem aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

49 Uma das marcas características da sociedade contemporânea é a crescente importância das organizações não-governamentais (ONGs), em larga medida impulsionadoras de ações que os Estados se vêem obrigados a realizar, como acontece, por exemplo, na área ambiental. No Brasil, contudo, uma legislação considerada cerceadora e remanescente do chamado “entulho autoritário”, praticamente impede o trabalho dessas organizações.

50 Ainda que possam divergir pontualmente, os ambientalistas, em geral, defendem o investimento em políticas públicas comprometidas com a superação da miséria e com a mudança nos padrões de produção e de consumo, consideradas essenciais para um real desenvolvimento sustentável.

51 Energia limpa e renovável, o petróleo continua sendo o motor da industrialização contemporânea, embora, no seu conjunto, a economia globalizada dos dias de hoje não se ressinta tanto de sua escassez. Todavia, o peso específico que ainda tem em relação a determinadas atividades econômicas faz que a principal área de produção petrolífera do mundo, o Oriente Médio, permaneça como foco de tensões e de disputas por seu controle.

- 52** Relativamente ao setor agrícola, técnicos, ambientalistas e autoridades governamentais, em geral, defendem atualmente a adoção de um “capitalismo verde”, ou seja, o combate tanto às fazendas familiares, que pouco produzem, quanto ao agronegócio e às demais expressões de mentalidade empresarial no campo como forma de preservar os recursos naturais.
- 53** A conhecida expressão “a ONU que dá certo” remete à idéia de que a Organização das Nações Unidas (ONU), muitas vezes impedida de agir em graves situações mundiais em face das injunções e dos interesses que envolvem as grandes potências, consegue bons resultados em sua atuação em outros campos, a exemplo da educação, da cultura, da proteção à infância e da defesa do meio ambiente.
- 54** Órgão integrante da administração federal direta, o MMA é responsável, entre outras atividades, pela política nacional do meio ambiente e pela política nacional de recursos hídricos, além das políticas para a integração do meio ambiente e da produção.
- 55** A recente medida provisória editada pelo Poder Executivo, tratando da liberação do plantio de sementes transgênicas no território brasileiro, explicitou divergências de pontos de vista entre os vários interesses e áreas do conhecimento acerca do assunto.
- 56** Com poucos recursos naturais e detentor de uma biodiversidade relativamente modesta, o Brasil tem chamado a atenção da comunidade internacional por seus esforços para implantar uma política nacional de meio ambiente responsável e integrada, presente nas mais diversas ações governamentais.

Acerca da estrutura regimental do MMA, julgue os itens a seguir.

- 57** Compete à Secretaria-Executiva do MMA assistir ao ministro de Estado na supervisão das atividades do IBAMA.
- 58** Compete ao secretário-executivo elaborar o plano de ação global do Ministério e submetê-lo à apreciação do ministro de Estado.
- 59** Compete à Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) definir estratégias para a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.
- 60** A SRH exerce a função de secretaria-executiva da Agência Nacional de Águas (ANA).
- 61** O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) não é autarquia vinculada ao MMA.

- 62** A Consultoria Jurídica (CONJUR) é um órgão da Advocacia-Geral da União.
- 63** Os atos que reconhecem a inexigibilidade de licitação devem ser previamente examinados pela CONJUR.
- 64** A proposição de políticas relacionadas aos organismos geneticamente modificados é de competência exclusiva da Subsecretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS).
- 65** Compete à Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) a realização dos estudos relativos à contabilidade e à valoração econômica de recursos naturais.
- 66** O secretário de biodiversidade e florestas não é a autoridade do MMA competente para coordenar o processo de captação de recursos de fontes internacionais para a realização de projetos de conservação da biodiversidade.

RECURSOS HÍDRICOS

Os métodos de identificação ou diagnóstico dos processos de desertificação têm sido objeto de dúvidas e críticas por parte de muitos, especialmente daqueles que têm a responsabilidade pela implementação de programas e projetos de desenvolvimento. (...) Há que se destacar um problema de ordem simbólica. A imagem de deserto difundida para a grande maioria das pessoas é de dunas, areia e vazio. Não há uma clara associação entre a realidade física da desertificação e as imagens estereotipadas dos desertos, o que faz que muitos não “vejam” os sinais de um tal processo a não ser nas dunas e areias do litoral do Nordeste.

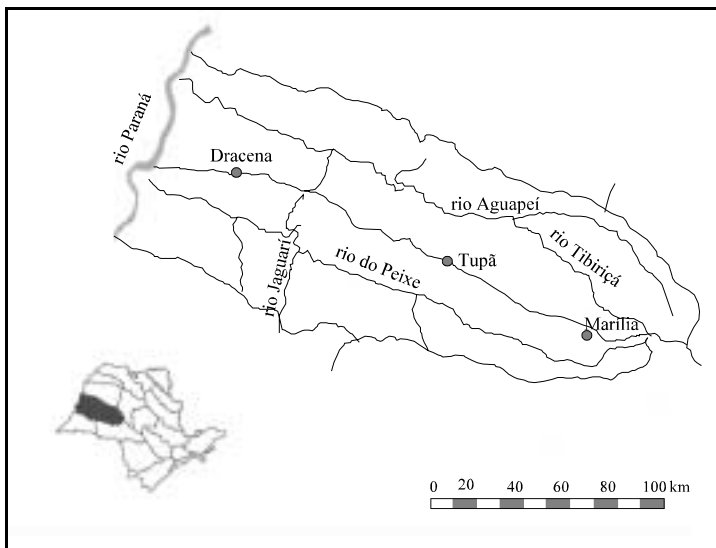
Heitor Matallo Junior. *Indicadores de desertificação: histórico e perspectivas.*
In: Heitor Matallo Junior. *Série meio ambiente*, v. 2, p. 28-9, 2001 (com adaptações).

Acerca do tema abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 67** A desertificação diz respeito a processos de formação de desertos nas regiões áridas e semi-áridas.
- 68** Nas diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação prevê-se o apoio a implementação de programas de peixamento em açudes, o que pode resultar em impactos ambientais negativos se realizados segundo as experiências tradicionais do setor hidrelétrico.
- 69** Indicadores de desertificação já utilizados no Brasil, com base em microrregiões, foram objeto de críticas devido à generalização para um espaço geográfico mais amplo.
- 70** Salinização e qualidade da água, usualmente consideradas como variáveis indicadoras de desertificação, evidenciam a necessidade de integração das políticas de combate à desertificação às políticas de gestão de recursos hídricos.

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí e do Peixe (SP), instalado em 19/12/1995, apresenta sessenta municípios integrantes, cobrindo uma área de 18.964 km², em que se encontram representados a sociedade civil sediada na bacia (formada pelas universidades, grandes usuários e associações técnicas, comunitárias e não-governamentais), o estado e os municípios, cada segmento com quatorze votos, de acordo com as diretrizes da Lei Estadual de Recursos Hídricos (n.º 7.663/1991). A localização geográfica da área de atuação do Comitê se encontra na figura a seguir. Os rios Aguapeí e do Peixe deságuam no rio Paraná, que recebe também água dos rios que integram a área de atuação de outros quatro Comitês de Bacias do estado de São Paulo, antes de sair de São Paulo e percorrer outras unidades da Federação. No estado de São Paulo contabilizam-se 21 Comitês instalados e em funcionamento, conforme informação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em março de 2002.

Documento conjunto do governo do estado de São Paulo/Conselho Estadual de Recursos Hídricos/Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras/Departamento de Águas e Energia Elétrica, mar./2002, p.1-6 (com adaptações).



Acerca de gestão de recursos hídricos e com base nas informações acima, julgue os itens a seguir.

- 71 A legislação paulista está fundamentada nos princípios da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, mesmo sendo anterior à Política Nacional de Recursos Hídricos.
- 72 O comitê de bacia figura como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

- 73 Conforme a Lei n.º 9.433/1999, o comitê do rio Paraná, que é um comitê de bacia de âmbito estadual, pode ser formado por representantes dos cinco comitês de bacias envolvidos, sem a representação da União.
- 74 Nenhum dos sessenta municípios integrantes dos comitês das bacias dos rios Aguapeí e do Peixe pode participar de outros comitês de bacias no estado de São Paulo, visto que cada município só pode pertencer a uma bacia hidrográfica.

	infra-estrutura social I	agricultura e outros II	indústria III
a	doméstico	agricultura	hidreletricidade
b	dessedentação de animais	pecuária	termeletricidade
c	navegação	irrigação	resfriamento
d	recreação	piscicultura por cercamento no próprio rio	mineração
e	diluição de efluentes	piscicultura com bombeamento de água para tanques	processos industriais

Sebastião Virgílio de A. Figueiredo. **Conflitos relativos ao uso de água**. In: Demetrius D. da Silva e Fernando F. Pruski. **Recursos hídricos e desenvolvimento sustentável da agricultura**. Brasília: MMA, 1997, p. 37-44 (com adaptações).

O quadro acima ilustra os principais usos da água. Considerando esse quadro e o tema abordado, julgue os itens subsequentes.

- 75 Entre os usos citados, aI, bI, aII, bII, cII, aIII, bIII, cIII e eIII correspondem a usos não-consuntivos.
- 76 O uso bI é definido pela Lei n.º 9.433/1999 como uma das prioridades no caso de escassez de água.
- 77 Conflitos sempre surgem em uma bacia hidrográfica quando, no rio, um uso consuntivo de água se realiza à montante de um uso não-consuntivo; mas se à montante, o uso for não-consuntivo, não haverá conflito.
- 78 O estímulo à atividade cI pode gerar conflitos entre os usuários ou mesmo promover profundas alterações nos ecossistemas, merecendo cuidadosos estudos de impacto ambiental.

AMAZÔNIA

Texto I

O bioma Amazônia ocupa 4,1 milhões de km², representando 48% do território brasileiro. Existem hoje 50 unidades de proteção integral (federais e estaduais), 77 unidades de uso sustentável (federais e estaduais) e 259 terras indígenas, ocupando 4,12%, 8,99% e 22,86% do bioma, respectivamente.

N. Bensusan (org.). *Seria melhor ladrilhar?* In: N. Bensusan. *Biodiversidade, como, para que, por quê*. Brasília: ISA/UnB, 2000.

Texto II

Vários estudos sugerem que a diversidade de espécies, de ecossistemas e genes não é apenas um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, seria inclusive resultado da ação humana. De acordo com esses estudos, as populações humanas não somente convivem com florestas e conhecem os seres que aí habitam, como as manejam, ou seja, manipulam seus componentes orgânicos e inorgânicos. Portanto, como salienta Ribeiro (1990), o manejo das espécies naturais por populações amazônicas resulta no aumento de comunidades vegetais e na sua integração com espécies animais e com o homem.

Brasil, MMA. *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira*. Brasília: MMA/SBF, 2001 (com a d a p t a ç ã o e s) .

A partir da leitura dos textos I e II e considerando o tema unidades de conservação (UC), julgue os itens a seguir.

- 79** Em 336 unidades de conservação existentes no bioma amazônico é permitida a exploração direta de recursos naturais.
- 80** Uma vez que se trata de unidades de conservação de uso sustentável, as reservas extrativistas comportam a extração de recursos minerais, se estes forem obtidos e comercializados pelas comunidades que vivem nas UC.
- 81** Em virtude da situação descrita no texto II, não estão legalmente previstas ações governamentais de monitoramento e conservação ambiental em terras indígenas, que estão destinadas à conservação daquelas populações humanas e de suas culturas. A longa coexistência dessa população com o ambiente amazônico já garante a conservação do ecossistema.
- 82** Não é possível inferir do texto I que as 50 UC de proteção integral estejam localizadas em terras públicas.

O MMA concluiu a etapa inicial de implantação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) ao assinar, na última semana, convênio com o governo do Amazonas. Todos os estados da região estão recebendo recursos para implementar o programa e manter as atividades do núcleo de gerenciamento. Último estado a assinar o convênio com o MMA e a Secretaria de Coordenação da Amazônia, o Amazonas receberá R\$ 266 mil. Os recursos serão destinados à elaboração do plano de ecoturismo, projetos de infra-estrutura para proteção de sítios arqueológicos e compra de equipamentos, como veículo de cabine dupla, lancha e computadores.

Internet: <http://www.funbio.org.br/port/noticias/clip12a_00.htm> (com adaptações).

Com base nesse texto e considerando o tema turismo na Amazônia, julgue os itens subsequentes.

- 83** Por se tratar de um programa que envolve três ministérios, o PROECOTUR conta com um comitê interinstitucional que busca promover a integração institucional dos órgãos e entidades do governo federal responsáveis por atividades compatíveis e complementares com aquelas do programa. Esse comitê é presidido pelo ministro do Meio Ambiente.
- 84** O PROECOTUR foi estruturado em três componentes: planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal, gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas e fortalecimento do segmento ecoturístico.
- 85** No estado do Amapá, os resultados da Agenda Positiva indicaram o ecoturismo como uma das prioridades. Os resultados da agenda apontam, entre outros objetivos, a capacitação de recursos humanos para o turismo sustentável, com inserção das populações tradicionais, e a integração com o Platô das Guianas.

Um proprietário rural do estado do Mato Grosso deseja criar gado em sua propriedade de 400 ha, localizada em área de floresta, e solicita autorização para desmatar 10% da propriedade ao longo do ano corrente.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens que se seguem.

- 86** É necessária a vistoria técnica da área, por se tratar de desmatamento a taxa superior a 3 ha/ano.
- 87** Por força de lei, o desmatamento deverá ser necessariamente autorizado, uma vez que corresponde a menos de 20% da área da propriedade.
- 88** Caso a propriedade em questão apresente uma área com árvores frutíferas, o proprietário não poderá computar essa área para o cumprimento da manutenção da área de reserva legal.

estado	1998		1999		2000	
	km ²	%	km ²	%	km ²	%
Mato Grosso – MT	6.466	37,2	6.963	40,3	6.369	34,9
Pará – PA	5.829	33,5	5.111	29,6	6.671	36,6
Rondônia – RO	2.041	11,8	2.358	13,6	2.465	13,6
outros estados amazônicos	3.047	17,5	2.827	16,5	2.721	14,9
total (Amazônia Legal)	17.383	100,0	17.259	100,0	18.226	100,0
subtotal (MT, PA e RO)	14.366	82,5	14.432	83,5	15.505	85,0

MMA. Modelo de licenciamento ambiental em propriedade rural na Amazônia Legal. 2001.

A tabela acima refere-se à participação dos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia no desmatamento regional, entre 1998 e 2000. Considerando essa tabela e o processo de desmatamento na Amazônia, julgue os itens seguintes.

- 89** O estado de Rondônia foi o que apresentou menores taxas de desmatamento, entre os estados onde ocorre o bioma amazônico, nos anos considerados na tabela.
- 90** A pecuária extensiva e a conversão de solos para agricultura são fatores relevantes para a ocorrência do processo de desmatamento nos estados de MT, PA e RO no período mostrado.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) federal representa uma compartimentalização hierarquizada do espaço geoeconômico nacional, baseada no recorte geográfico estabelecido pelos eixos nacionais de integração e desenvolvimento do PPA. O ZEE federal deverá dividir cada uma das áreas abrangidas pelos eixos do PPA em unidades ambientais caracterizadas por uma identidade estrutural e funcional, tal que representem situações equi-problemáticas e equi-potenciais em termos de desenvolvimento e preservação.

Internet: <<http://www.mma.gov.br>>.

Com relação ao tema abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 91** O ZEE busca mediar os conflitos e ordenar as soluções que envolvem a atividade econômica e o uso dos recursos naturais.
- 92** O Plano Plurianual (PPA) é objeto de preocupação e de mobilização do governo como um todo, em suas diversas áreas.
- 93** As “unidades ambientais” referidas no texto representam uma agregação de áreas com absoluta homogeneidade interna de dados, ou seja, que não apresentam variância interna efetiva.
- 94** O primeiro nível hierárquico do ZEE federal dos eixos do PPA são os domínios dos macrovetores de desenvolvimento regional.

Os instrumentos econômicos podem ser classificados em dois tipos:

- I incentivos que atuam na forma de prêmios;
- II incentivos que atuam na forma de preços.

Os primeiros requerem um comprometimento de recursos do tesouro, enquanto os segundos geram fundos fiscais. Nos instrumentos que atuam indiretamente sobre os preços, procura-se estabelecer níveis desejados de uso do bem ou serviço ambiental como, por exemplo, a quantidade total de poluição ou de uso permitida, por meio da distribuição de certificados ou direitos de propriedade que são distribuídos entre os usuários ou produtores.

Ronaldo Seroa da Motta. **Regulação e instrumentos baseados no mercado: aspectos conceituais.** In: Ronaldo Seroa da Motta e Carlos Eduardo Frickmann Young (orgs.). **Instrumentos econômicos para a gestão ambiental no Brasil.** Rio de Janeiro, dez./1997.

A respeito do assunto em questão no texto acima, julgue os itens seguintes.

- 95** O princípio “poluidor/usuário-pagador” está contemplado nos instrumentos econômicos do tipo II.
- 96** Nos incentivos do tipo II, o objetivo da atuação direta sobre os preços é a externalização dos custos privados nos custos ambientais que os agentes econômicos incorrem no mercado em atividades de produção e consumo.
- 97** Nos instrumentos do tipo II, no caso de ausência de mercados, criam-se mecanismos que acabem por estabelecer um valor social.
- 98** O crédito subsidiado e a isenção de impostos fazem parte dos instrumentos do tipo I.

Segundo o relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Portanto, o desenvolvimento sustentado pressupõe que uma determinada região deva ser capaz de manter parcelas representativas (em termos ecológicos) de seus ecossistemas naturais, ao mesmo tempo em que permita atividades econômicas que gerem empregos e mantenham a integridade das culturas locais, proporcionando, inclusive, renda ao poder público e integrando a região à economia nacional e internacional. O ecoturismo entra aqui para contribuir na busca do desenvolvimento sustentável.

João Meirelles Filho. Ecoturismo. I – organização empresarial do ecoturismo (com adaptações).

No que se refere à temática retratada no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 99** Porto Velho é o principal portal de entrada aéreo para o ecoturismo na amazônia brasileira.
- 100** No ecoturismo, todos os esforços devem estar concentrados na valorização da biodiversidade, não devendo merecer atenção outras temáticas ambientais de caráter eminentemente urbano, como a questão do lixo.
- 101** O ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.
- 102** Utilizar guias bem preparados, trazidos de grandes centros onde obtiveram formação técnica especializada, está de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável apresentados no texto.

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

À luz do direito internacional do meio ambiente e de sua repercussão na legislação interna, julgue os itens a seguir.

- 103** Como decorrência da Convenção da Diversidade Biológica, a política de biodiversidade brasileira reconhece que a biodiversidade possui valor instrumental, merecendo pronta intervenção do poder público, condicionada esta ao potencial econômico dos recursos naturais e à capacidade de satisfação das necessidades humanas.
- 104** A Convenção de Ramsar visa à proteção de aves aquáticas, instituindo regras garantidoras da função ecológica das zonas úmidas, cabendo a um comitê internacional composto de representantes das partes contratantes, com poderes normativos e decisórios, a formulação de recomendações, bem como a discussão sobre alterações na lista de zonas úmidas de proteção internacional, tendo em vista o caráter transfronteiriço dos fenômenos ligados ao bem tutelado.

No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os seguintes itens.

- 105** Nos termos da Constituição Federal, as unidades de conservação estão sujeitas a regime especial de fruição e de modificabilidade.
- 106** De acordo com a Lei do SNUC, as unidades de conservação prescindem de delimitação territorial.
- 107** A depender do mecanismo a ser adotado pela administração para determinar o grau de importância e extensão das unidades de conservação, estas se classificam em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.
- 108** As unidades de conservação podem ser criadas por lei ou por decreto do Poder Executivo, e também por medida provisória.

Em relação às áreas de preservação permanente e à reserva legal florestal, julgue os itens que se seguem.

- 109** O regime de preservação permanente e a reserva legal florestal protegem apenas florestas, tendo em vista a sua função ambiental relevante.
- 110** Na identificação do percentual de reserva legal, deve ser ressalvada a floresta situada em área de preservação permanente porventura existente na localidade, podendo ser admitido, porém, o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa de área de preservação permanente, quando a soma da vegetação nativa na área de preservação permanente (APP) e na reserva legal exceder o percentual legalmente estipulado para esta última.

Tendo em vista o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e com base na Lei n.º 9.985/2000, julgue os itens subseqüentes.

- 111** Por suas características e finalidades, as estações ecológicas, as florestas nacionais e as reservas de fauna devem ser de domínio público, impondo-se a desapropriação dos imóveis particulares.
- 112** De acordo com o tipo de atividades autorizáveis e com as características previstas na lei para as categorias de unidades de conservação, a reserva particular do patrimônio natural se caracteriza como unidade de conservação de proteção integral.
- 113** Editado o ato de criação da unidade de conservação, devem ser realizados imediatamente estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a dimensão e os limites da unidade, tendo em vista, inclusive, o princípio da participação comunitária.
- 114** Cada unidade de conservação deve possuir uma zona de amortecimento correspondente ao seu entorno, na qual as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

QUALIDADE AMBIENTAL

Além de ser um dos maiores países do mundo, o Brasil possui 7.367 km de litoral. Existem no território brasileiro dezenas de portos comerciais e terminais especiais. Dos 22 mais importantes, com grande volume de carga e descarga, 17 são marítimos e cinco fluviais. Com o propósito de conscientizar os governos dos países que integram a ONU a respeito do assunto, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), foi lançado em 1998, na 42.ª Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, o Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro (GloBallast). O Brasil foi convidado a participar desse projeto, junto com China, Índia, Irã, África do Sul e Ucrânia. Um dos objetivos do projeto é promover ações coordenadas, nesses seis países em desenvolvimento, que lhes assegurem proteção efetiva contra as conseqüências negativas da introdução de novas espécies por meio da água de lastro.

Julietta Salles Vianna da Silva, Flávio da Costa Fernandes, Karen Tereza Sampaio Larsen e Rosa Cristina Corrêa Luz de Souza. **Águas de lastro: ameaças aos ecossistemas.** In: *Ciência Hoje*, v. 32, n.º 188, nov./2002, p. 38-43 (com adaptações).

Acerca da temática abordada no texto acima, julgue os itens a seguir.

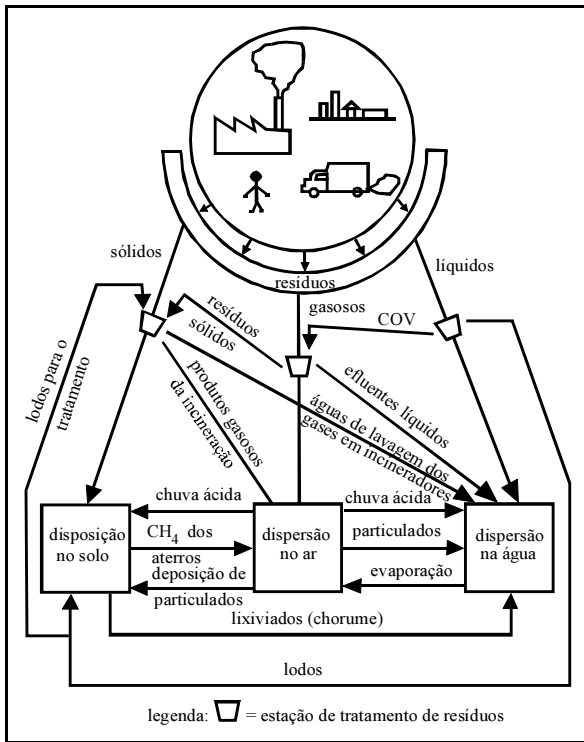
- 115** A água de lastro representa uma ameaça aos ecossistemas costeiros e marinhos, entre outros, por causa da poluição por lançamento de óleo.
- 116** Os terminais especiais a que se refere o texto, nos casos de ampliação, não estão sujeitos, dada a sua especificidade ao licenciamento ambiental.
- 117** As águas de lastro têm alto potencial de impacto sobre a biodiversidade marinha, justamente pelo seu poder de introduzir espécies exóticas.
- 118** O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à criação de infra-estrutura portuária que favoreça o deslastre dos navios como requisito do desenvolvimento sustentável da costa brasileira.

Determinada empresa de mineração obteve, junto ao órgão ambiental competente, licença de instalação para explorar cascalho a céu aberto, sendo de 2 m a profundidade máxima autorizada de exploração da lavra. De posse apenas dessa licença, a empresa iniciou e concluiu os trabalhos de mineração. O Ministério Público, após a conclusão dos trabalhos de mineração acolheu denúncia e realizou inspeção na área. Segundo consta do laudo de exame na área de operação, a área explorada não foi recuperada e foram descumpridas quase a totalidade das condições, exigências e restrições estabelecidas na licença. Ainda de acordo com o laudo, a vegetação nativa, que antes do início das operações do empreendimento encontrava-se preservada no local, foi removida e a profundidade da lavra chegou a quase 3 m em alguns pontos. A área explorada ultrapassou a licenciada, invadindo áreas públicas, e não foram cumpridas as medidas constantes do PRAD.

A empresa, em audiência de instrução e julgamento de ação movida contra ela pelo Ministério Público, assume, a título de compensação pelos danos ambientais identificados, a obrigação de financiar, mediante doação de R\$ 50.000,00, a execução de projeto de educação ambiental que inclua a construção de viveiro comunitário de mudas, a capacitação técnica da comunidade e o plantio de mudas para a recuperação da área degradada.

Considerando essa situação hipotética e acerca do ajuste a ser realizado entre a empresa mineradora e o Ministério Público, julgue os itens seguintes.

- 119** O empreendedor não poderia ter iniciado a sua atividade, pois a licença de instalação emitida pelo órgão ambiental é voltada para uma fase anterior ao efetivo início das atividades.
- 120** A profundidade da lavra não pode ser objeto de discussão na audiência de instrução e julgamento porque todo e qualquer processo de licenciamento prevê uma margem de tolerância de 50% como conseqüência da dificuldade de precisão das medidas em campo.
- 121** A compensação ambiental figura como elemento obrigatório em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que provoquem perda de biodiversidade e recursos naturais.
- 122** A compensação ambiental, nesse caso, desobriga a compromissária de retificar o PRAD e executá-lo.



Electro Eduardo Silva Lora. **Prevenção e controle da poluição nos setores energético, industrial e de transporte.** Brasília: ANEEL, 2000, p. 79 (com adaptações).

Considerando a figura acima, que retrata o ciclo de resíduos em uma sociedade industrial, julgue os itens a seguir.

- 123 A instalação de tecnologias de tratamento é vista pelos industriais como inversão de capital altamente produtiva.
- 124 A figura mostra que a disposição de resíduos sólidos em aterros sanitários pode gerar poluição, pois apenas transfere poluentes de um meio para outro.
- 125 A prevenção de poluição na fonte leva ao aumento dos custos para tratamento dos poluentes produzidos pelo processo industrial.
- 126 Padrões secundários de qualidade do ar são valores de concentrações de poluentes abaixo dos quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à flora e à fauna.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A empresa Gama requereu ao órgão ambiental competente a concessão de licença ambiental, com vistas à instalação de um aterro sanitário. A autoridade ambiental competente, após receber o requerimento do empreendedor, expediu licença prévia, determinando, ato contínuo, a apresentação de EIA/RIMA. A empresa Gama contratou, então, equipe técnica formada por três profissionais da iniciativa privada para elaboração do estudo prévio de impacto ambiental destinado a instruir o procedimento de licenciamento. Na elaboração do EIA/RIMA, a equipe técnica omitiu dolosamente informações relevantes à impossibilidade física de instalação da atividade, concluindo o estudo pela viabilidade do empreendimento.

Com base nessa situação hipotética e sabendo que o art. 66 da Lei n.º 9.605/1998 considera crime fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental, julgue os itens seguintes.

- 127 Os profissionais responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA praticaram o crime contra a administração ambiental previsto no art. 66 da Lei n.º 9.605/1998.
- 128 Não há que se falar em responsabilidade penal, uma vez que a atividade pendente de licenciamento independe de estudo de impacto ambiental.
- 129 Destinando-se apenas a aprovar a concepção e localização do empreendimento, bem como a estabelecer os requisitos básicos a serem atendidos nas demais fases de sua implementação, a licença prévia foi corretamente expedida antes da aprovação do EIA/RIMA.
- 130 Sendo provada a participação direta ou indireta na elaboração do EIA/RIMA enganoso, a empresa Gama responderá civilmente por eventuais danos causados ao meio ambiente, ainda que a licença de operação seja expedida pelo órgão ambiental competente.

Em relação às estratégias de proteção do patrimônio florestal brasileiro, julgue o item abaixo.

- 131 O conceito de “preservação permanente” é mais rígido que o de reserva legal florestal, sob o ponto de vista da proteção ambiental, porquanto no primeiro não se admite exploração econômica, salvo hipóteses de estrita conveniência do órgão ambiental competente, ao passo que na reserva legal florestal admite-se seu uso para fins comerciais, em regime de manejo sustentável, sendo vedado, porém, o corte raso.

São apresentados abaixo trechos do Edital n.º 2/2002 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) referentes às características obrigatórias dos projetos que concorreram à chamada II — Implantação de Planos de Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha.

“Os projetos devem:

(...)

- c) desenvolver estratégias para gestão e uso sustentável dos recursos naturais;
- d) estabelecer parcerias, envolvendo todos os usuários diretos dos recursos pesqueiros para aquela área, podendo ser exceção os consumidores. Em áreas onde há conflito de uso entre usuários diretos e indiretos, os usuários indiretos também deverão ser envolvidos no processo de gestão;
- e) prever a formação de uma instância participativa de discussão dos problemas ambientais e pesqueiros, com representatividade dos usuários dos recursos pesqueiros, visando desencadear o processo de mobilização social para a cobrança às instâncias responsáveis pela resolução dos problemas relacionados ao uso dos recursos pesqueiros;
- f) prever a capacitação das comunidades e dos técnicos envolvidos, visando sua participação no processo de gestão participativa.”

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca de políticas públicas na área ambiental.

- 132 O FNMA pode financiar, no âmbito do edital, projeto de cooperação multinacional para patentear conhecimento tradicional indígena do uso da biodiversidade de recurso pesqueiro de água continental, mesmo dispondo de documento formal contrário da comunidade indígena envolvida.

- 133** O edital defende a visão de que o conflito deve ser afastado e ignorado nas políticas públicas, pois contraria o conceito de participação responsável voltada para a sustentabilidade.
- 134** O FNMA não é um fundo setorial e seus recursos provêm, entre outras fontes, do recolhimento de percentual sobre multas aplicadas em razão de crimes ambientais.
- 135** Um projeto para a criação de recifes artificiais, com capacidade de alteração do fundo do oceano, poderia concorrer ao Edital n.º 2/2002 do FNMA e, se avaliado positivamente, deveria ser condicionado ao estudo prévio de impacto ambiental.

Introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição da República de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente sobre a matéria. Com base no conteúdo da LDO para 2004, Lei n.º 10.707/2003, julgue os itens a seguir.

- 136** Cada programa deve identificar as ações necessárias para atingir os objetivos propostos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

137 Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreendem a programação dos poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como a das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

138 O Tribunal de Contas da União, em seu parecer prévio acerca das contas do governo, classificará os resultados dos programas em satisfatórios ou insatisfatórios do ponto de vista ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Figura I



Figura II. Fundeie a embarcação na areia, pois a âncora jogada sobre os recifes provoca a destruição dos corais e de outros organismos, além de ser proibida por lei (art. 33 da Lei Federal n.º 9.605/1998 de Crimes Ambientais).



Figura III



Figura IV

ambientes recifais”, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. A partir dessas figuras, julgue os itens a seguir.

- 139** A campanha é dirigida para mais de um ator social envolvido, não se limitando apenas aos turistas.
- 140** O material produzido, divulgado na forma de cartazes e cartilhas, é voltado apenas para a educação formal.
- 141** A figura II apresenta uma linguagem visual clara, isto é, o público consegue compreender a mensagem mesmo sem a presença do texto.
- 142** A campanha “conduta consciente em ambientes recifais” está de acordo com os princípios e objetivos da Lei n.º 9.795/1999, e permite integrar este dispositivo legal com outros, tais como o Decreto n.º 4.339/2002 e a Lei n.º 9.985/2000.



A seqüência de figuras acima, batizada de “história em plaquinhas”, foi desenvolvida pela INVESTCO e colocada ao longo das rodovias, com o apoio do Departamento de Estradas de Rodagem de Tocantins, como parte das ações do Projeto Básico Ambiental de Fauna 05 (PBA 05) por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado – TO. Julgue os itens que se seguem a respeito dessa campanha.

- 143** O objeto da campanha está de acordo com as diretrizes gerais da Conferência de Tbilisi e do documento Agenda 21.
- 144** A campanha trata de tema restrito ao contexto do enchimento do reservatório da barragem da UHE de Lajeado – TO.
- 145** A temática tratada na campanha não é considerada interdisciplinar em uma unidade escolar de ensino fundamental, pois se restringe à proteção da fauna silvestre.
- 146** A campanha não segue a estrutura de comunicação de história em quadrinhos, pois os seis quadros são independentes entre si, podendo ser apresentados isoladamente, sem perder o seu poder de comunicação.

A população, quando está ciente do seu poder ou dever de separar o lixo, contribui mais ativamente com os programas de coleta seletiva voltados para a reciclagem do lixo. Pesquisas têm demonstrado que os programas brasileiros de coleta seletiva que investem em campanhas de educação ambiental são os que têm os menores custos. A população separa mais, recolhe mais material, reduzindo os custos por caminhão e de destino final. O lixo separado, quando chega nos centros de triagem ou mesmo nos lixões, facilita o trabalho dos catadores de lixo.

Sândhya A. Pereira e Régis F. G. dos Santos. *In*: Emílio M. Eigenheer (org.). *Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras*. n.º 2. Rio de Janeiro: Fólio, 1998, p. 25-37 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema nele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 147** Os componentes econômico e tecnológico são fundamentais na implantação de projetos de coleta seletiva de lixo, o que justifica a centralidade desses componentes nos debates ocorridos na Conferência de Estocolmo.
- 148** A temática de resíduos sólidos é eminentemente urbana, não tendo, por essa razão, qualquer destaque exclusivo na Agenda 21. Essa temática vem sendo amplamente discutida no âmbito das Conferências das Nações Unidas para as cidades sustentáveis (Habitat I e II).
- 149** O texto localiza o elemento menos prioritário no âmbito da política dos 3R.
- 150** É correto afirmar que a passagem do estágio de catadores de lixo em lixões (atuando de forma individualista) para o estágio de associações e cooperativas de catadores de lixo nos centros de triagem representa um processo de empoderamento (*empowerment*) desse segmento social.